

**ATA N.º 20/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA  
QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE.**

----- Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e quinze, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os excelentíssimos Senhores -----

----- Presidente: José Luís Gaspar Jorge, e-----

----- Vereadores: António José Cerqueira Dinis de Mesquita, Jorge José de Magalhães Mendes, Raimundo de Magalhães Carvalho, Pedro Manuel Barros Pereira, Lucinda Silva Fonseca Moreira, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e Carlos Gonçalo Teixeira Pereira.-----

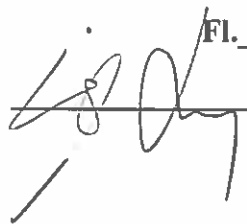
----- Secretariou o Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Sérgio Martins Vieira da Cunha.-----

----- Quando eram nove horas e trinta minutos, o Exmo. Senhor Presidente deu início aos trabalhos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da Tesouraria referente ao dia 30 de abril de 2015, bem como os débitos ao Tesoureiro relativos a janeiro de 2015.-----

----- ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DA ORDEM DO DIA.***-----

----- O Senhor Presidente manifestou o seu desagrado e a sua preocupação relativamente ao número dos despachos de autorização para ocupação da via pública – cortes de trânsito que, posteriormente têm de ser submetidos a ratificação pelo Órgão Executivo.- Disse ainda que, os mesmos, muitas vezes não são formulados atempadamente pelas entidades.- Nesse sentido e prevendo-se que esta situação se irá manter, foi diligenciado comunicar aos Senhores Presidentes de Junta, e a outras entidades, no sentido destes pedidos serem comunicados aos serviços atempadamente. Assim, sugeriu aos Senhores Vereadores uma reflexão sobre este assunto no sentido de propor, para estes casos em concreto, a delegação de competências no Presidente.-----



----- O Senhor Vereador Pedro Barros concordou com o Senhor Presidente da Câmara, manifestando ser favorável a essa delegação de competências, acrescentando, no entanto, ser necessário fazer alguma pedagogia junto das Instituições.-----

----- A Senhora Vereadora Lucinda Fonseca pediu a palavra e comunicou que vai ter lugar hoje, pelas 17h00, no Auditório da Casa da Portela, o Conselho Municipal de Educação, contratado com a UTAD e que consiste na primeira apresentação do mapeamento daquilo que é a nossa Rede Educativa, bem como daquilo que é a Rede de transportes escolares do Concelho, convidando os Senhores Vereadores a estarem presentes na referida apresentação.-----

----- O Senhor Presidente observou que consiste na evolução da população estudantil e dos transportes escolares, sendo que, até 2023, irá haver uma redução de 40%, sendo um número assustador e preocupante.-----

----- O Senhor Presidente comunicou ao Executivo que, a partir daquela data. o Senhor Dr. José Miguel Gomes iria cessar funções na Câmara Municipal de Amarante, passando desempenhar funções na CCDRN, e enalteceu a contribuição prestada durante o seu tempo de serviço em Amarante.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Barros disse ter sido um grato prazer ter trabalhado com o Senhor Dr. José Miguel Gomes, tendo deixado um marco, não só pela sua competência mas também pela forma como se havia relacionado com todos os intervenientes, assegurando o contributo importante prestado em termos de elaboração de candidaturas pelo que se deverá prestar este justo agradecimento.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Barros informou o Executivo do que se passou na última Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios do Baixo Tâmega, manifestando a sua preocupação, não querendo, contudo, causar alarmismo. Acrescentou ainda que, relativamente àquilo que é uma tendência, que se tem vindo a confirmar, relativa à intenção de encerrar, extinguir ou proceder à dissolução da Associação, está agora fixado o prazo até ao final deste ano.- Esta questão foi de forma reiterada tratada retratada mas nunca se foi fixando datas e metas naquilo que tem sido acompanhado por um processo de esvaziamento da própria Associação com a perda dos seus quadros que vai ficar reduzido, nestes últimos dias, a um único quadro. Disse:- “Tive oportunidade, a título pessoal, manifestar a minha

posição contrária ao seu encerramento; pela importância que ela detém e pela manifestação de vontade de como ela resultou, por parte dos Municípios e pelo facto de não haver ainda uma estabilização daquilo que é o mapa administrativo do país e da região havendo por força da indefinição acerca da regionalização e o processo de substituição de mais ou menos de centralização de competências do Estado para os municípios, haver ainda um quadro legal que poderá e deverá sofrer alterações num curto espaço de tempo. Dado que não há acordos de regime sobre matérias fundamentais e estruturantes para o país. Demasiadas vezes somos confrontados com as alterações das políticas em função do Poder ou de quem vence as eleições. Ou seja, Foi também referido que as frições internas dentro da própria Comunidade Intermunicipal, que me deixa muito preocupado, a evolução que estamos a seguir no seio da Associação de Municípios do Baixo Tâmega é que, um dia destes, vamos ter uma justificação óbvia e natural para a sua extinção porque já não temos quadros. A Associação, resultou da vontade expressa dos Municípios, ao contrário da CIM que resultou de uma imposição acompanhada de um envelope financeiro, entendo que a Associação de Municípios pela sua especificidade e representatividade dá corpo a uma homogeneidade territorial significativa e que, face aos mecanismos de apoio e de possibilidade de projetos para a região quer compagináveis no próximo Quadro Comunitário, quer fora do próximo Quadro Comunitário, nomeadamente em projetos que sejam enquadráveis nos vários mecanismos existentes na Comunidade Europeia, pode e deve desempenhar um papel importante. Estamos num processo de asfixiamento. Quero partilhar esta minha preocupação e questionar se ainda estamos a tempo de fazer alguma coisa”.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que é um assunto que desde a primeira reunião é tema de discussão, daí partilhar da mesma opinião. Foi da vontade expressa dos autarcas que esta Associação resultou e não foi por força legislativa.- É uma entidade de direito público e, neste momento, ainda tem responsabilidades no Quadro Comunitário, não sendo previsível que no presente ano esteja tudo devidamente encerrado. A questão é que neste momento só integra três municípios, sendo certo que o Município do Marco de Canaveses irá sair e, conseqüentemente vai ser complicado manter a Associação.- Acrescentou ainda que a Câmara Municipal de Amarante, no sentido de não realizar despesa, está a assegurar a

gestão financeira e contabilística daquela Associação, com um técnico da autarquia. Disse:- “Neste âmbito temos que definir políticas comuns, de interesses comuns, como o da Serra da Aboboreira, e políticas de ação conjunta. Todas estas questões são importantes e deviam ser partilhadas pelos Municípios. Gostaria de as ver discutidas no âmbito da Associação o que, infelizmente, me parece difícil porque há uma situação instável no seu seio.- Espero que a Associação se mantenha, que não se extinga e que não seja só por vontade de um Município”.

----- O Senhor Vereador Pedro Barros disse:- “Não pode liderar uma Instituição em quem não acredita nessa Instituição. É uma posição de liquidatário. Nunca vamos conseguir fazer esse fórum de reflexão e desempenhar um papel ativo e positivo se não liderarmos e se a entregarmos a quem quer que acabe e a quem tem esse discurso.- Tem de haver uma passagem de testemunho”

----- O Senhor Presidente informou o executivo do ponto de situação das candidaturas de pré-qualificação dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) do território do Tâmega e Sousa, referindo que presentemente as duas associações de desenvolvimento local responsáveis pelas duas estratégias – a DOLMEN a trabalhar nos concelhos de Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Resende e parte do concelho de Penafiel e a ADERSOUSA nos concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e parte do concelho de Penafiel – foram notificadas para conformarem as suas estratégias a uma população que não exceda os 150.000 habitantes. Refira-se que a DOLMEN apresentou um território com 176.500 habitantes e a ADERSOUSA de 195.000, aproximadamente. Por esta razão a DOLMEN agendou uma reunião com os senhores Presidentes de Câmara para, em conjunto, tomar as providências mais consentâneas com o interesse da região. Desta forma, fomos informados que a estratégia da ADERSOUSA excluiu os centros urbanos dos concelhos onde intervém (Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel) e na estratégia da DOLMEN, para o território, depois de muita discussão e de grande oposição à decisão à Autoridade de Gestão do PDR, acordou-se que a DOLMEN e os Municípios envolvidos iriam promover uma negociação com as autoridades competentes com vista a garantir a totalidade do território e da população apresentada na estratégia DOURO- VERDE 2020. Baseado nesta prioridade e dada a premência na aprovação do DLBC para o nosso território e a

exemplo dos concelhos do Sousa, excluiu-se a população das freguesias urbanas de Amarante e do Marco, bem como as freguesias de Castelões, São Mamede de Recezinhos e São Martinho de Recezinhos, no concelho de Penafiel, apresentando assim, uma população de 149.000 habitantes. A DOLMEN garantiu que iria reforçar o empenho junto dos promotores das freguesias, por agora excluídas, no sentido de apoiar as iniciativas nomeadamente no domínio da pequenos investimentos agrícolas e na transformação de produtos da agroindústria que poderão ser apoiados pelos fundos agrícolas geridos pelas direções regionais da agricultura.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DA ORDEM DO DIA.**-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO – “Atribuição de Subsídio – 6.ª Edição do Festival do Verde” – (Proposta do Senhor Presidente da Câmara) – (Registo n.º 4265/2015/04/28).**- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

----- O Festival do Verde tem-se vindo a assumir, nos últimos anos, como um evento de relevância no panorama concelhio.

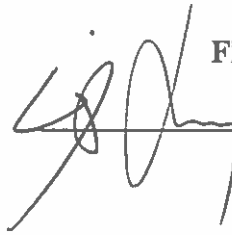
Esta iniciativa caracteriza-se pela promoção de produtos típicos da região da União de Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea e tem, por essa via, forte impacto na dinâmica económica local.

A importância e o reconhecimento alcançado nas anteriores edições desta atividade impõe que sejam feitos esforços, e investimentos, capazes, não só de assegurar a qualidade do evento, mas, e sobretudo, capazes de o alicerçar, de modo a que, no futuro, esta iniciativa seja capaz de subsistir por si só.

## II

Posto isto, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 33.º, n.º 1, alínea u), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/9, delibere pela atribuição de um subsídio de €750,00 com vista a apoiar a organização da 6ª edição do Festival do Verde, tendo esta despesa cabimento na rubrica das **GOP's 2015-A/46.**

Paços do Município de Amarante, 28 de abril de 2015.



*O Presidente da Câmara,  
José Luís Gaspar Jorge*

----- O Senhor Vereador Dinis de Mesquita observou que o valor do subsídio baixou relativamente ao ano anterior.-----

----- A Câmara deliberou aprovar a proposta do Senhor Presidente e agir em conformidade.-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – “Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 2015/02/12 – Processo n.º 17/2015 URB-RUI” – (Proposta do Senhor Presidente da Câmara) – (Registo n.º 4266/2015/04/28).- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

1. “A informação da Senhora Chefe da DPGT justifica a impossibilidade do assunto ter sido levado ao Executivo, no prazo a que se refere o artigo 35.º/3 da Lei n.º 75/2013, de 12/9.
2. Pela mesma informação fica ainda demonstrado que o despacho de 12.2.2015 só poderia ser levado à Câmara na data da reunião de 13.4.2015, uma vez que todos os processos correm em formato electrónico, mais concretamente na aplicação GSP.
3. Assim, ponderadas as razões expressas na informação da DPGT, propomos que a Exma. Câmara ratifique o despacho de 12.2.2015.

Paços do Município de Amarante, 28 de abril de 2015.

*O Presidente da Câmara,*

*José Luís Gaspar Jorge”*

----- Sob proposta do Senhor Presidente, este assunto foi retirado da Ordem do Dia, uma vez que também suscitava algumas dúvidas de ordem jurídica.-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – “Parecer Prévio – Prestação de Serviços – Elaboração de Estudo Prévio para a qualificação paisagística das margens do Rio Tâmega e do Parque Linear Pedonal” – (Proposta do Senhor

Vice-Presidente da Câmara) – (Registo n.º 4262/2015/04/28).- Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Concorda-se com a informação técnica da Unidade Técnica de Projeto que, para todos os efeitos legais, aqui se dá por inteiramente reproduzida.

O património edificado de Amarante em conjunto com o rio Tâmega constituem uma identidade única no território nacional.

De facto, uma das leituras possíveis e diferenciadoras é a forma como a cidade está virada para o rio, numa configuração orográfica única.

O Rio Tâmega perdeu, não a sua beleza, mas a sua presença na cidade no sentido de que a sua população não disfruta da sua paisagem, das suas margens e das suas características físicas enquanto espaço de lazer e de mobilidade entre espaços.

Na maioria dos espaços urbanos com linhas de água têm-se criado espaços de lazer, nomeadamente caminhos pedonais ou equivalente, promovendo a interação entre as pessoas e o respetivo espaço.

As margens do rio Tâmega em Amarante têm um potencial significativo, seja no centro da cidade, seja no prolongamento das suas margens e a sua requalificação é apenas parte de uma intervenção global com o objetivo principal de Amarante voltar a ser o centro de gravidade da região envolvente.

Importa, por isso, requalificar todos estes espaços, sendo relevante, que, passo a passo, se desenvolvam estudos/projectos com figuras de inquestionável mérito profissional, potenciando o melhor para Amarante.

## II

Podemos afirmar que a requalificação das margens do rio Tâmega permite, entre outros, os seguintes objetivos gerais: o tratamento físico das margens, a interação entre a pessoa e o espaço e a própria regeneração da cidade.

Como objetivo específico importa explorar ideias para densificar a integração urbana das zonas ribeirinhas e criar um parque linear estruturado ao longo de um percurso pedonal e ciclável na margem direita, a partir do centro da cidade e desenvolvendo-se ao longo de, aproximadamente, 6 km.

Estes percursos marginais devem ser pontuados por estadias com vistas panorâmicas sobre o Rio, explorando relações com os diversos lugares que ocorrem na proximidade e com a malha urbana do centro histórico de Amarante, onde foi recentemente delimitada uma ARU – área de reabilitação urbana.

Para a sua execução têm-se vindo a realizar diversas reuniões com diferentes entidades, particularmente as que de alguma forma possam interagir com a execução de obra e acautelar as questões relacionadas com restrições e servidões de utilidade pública, sendo de realçar a APA (Associação Portuguesa do Ambiente), as Águas do Noroeste, SA e a própria EDP.

Considerando a complexidade e importância da intervenção, é avisado optar por técnicos de reconhecido e inquestionável mérito na área da arquitetura paisagista e integração urbana.

O Parque da Cidade do Porto, da autoria do arquiteto paisagista Sidónio Pardal (envolvendo, à semelhança do ora proposto, o GABTEC da Universidade Técnica de Lisboa), é o maior parque urbano do país, ocupando um total de 83 hectares e cerca de 10 km de caminhos e é um excelente exemplo de intervenção, aproximando-se da exigência de resultados que pretendemos para Amarante.

Na abordagem deste tipo específico de estudos/projetos com vista à execução da “obra” importa seguir a *prática consolidada* na área em termos de competência técnica.

### III

Para a execução de “obra” a *prática consolidada* tem sido a elaboração de estudos de conceção, com a execução pontual e posterior daquilo que se designa por projeto de execução.

Ora, sendo esta uma área criativa, em particular para os técnicos a convidar, privilegia-se, no entanto, uma aproximação à nomenclatura do Código dos Contratos Públicos, através da Portaria n.º 701-H/2008, de 29/7, em que, em termos gerais, define estudo prévio como uma das fases de desenvolvimento de um projeto, sendo de admitir que no espírito do legislador tenha estado presente a construção e não este tipo de intervenção tão específico, e que contém os seguintes elementos: a)



*Memória descritiva e justificativa; b) Elementos gráficos elucidativos; c) Dimensionamento aproximado e características principais dos elementos fundamentais da obra; d) Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais; e) Estimativa do custo de obra e prazo de execução, com a possibilidade de elaboração de projectos de execução faseados.*

Será, pois, com base neste trabalho preliminar que poderemos avançar, com segurança jurídica, para a materialização da obra.

#### IV

Face ao exposto, propõe-se que, servindo-nos da fundamentação empregue na informação antecedente, a Exma. Câmara emita parecer prévio favorável à aquisição de serviços para a Elaboração de Projeto (Estudo Prévio) com o objecto de *requalificação paisagística das margens do Rio Tâmega*, sendo contraparte o GAPTEC – Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa, com sede na Alameda Santo António dos Capuchos, n.º 1, 1169-047 LISBOA, NIF 501 418 024, limitado a um preço contratual de Eur. 46.000,00 (quarenta e seis mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A despesa tem cabimento na rubrica das GOP'S 2014-I/99.

Amarante, 28 de Abril de 2015

*O Vice-Presidente,*

*Jorge José de Magalhães Mendes”*

----- O Senhor Presidente observou que esta questão foi amplamente discutida na passada reunião, sendo certo que, na presente proposta, temos informação acrescida.-----

----- O Senhor Vereador Jorge Mendes pediu a palavra e entregou dois emails a todos aos Vereadores, com origem na empresa Águas Noroeste, SA e na APA - Associação Portuguesa do Ambiente não foram enviados aos Senhores Vereadores através da plataforma, aquando da reunião passada, uma vez que os mesmos não foram rececionados em tempo útil.-----

----- Relativamente ao conteúdo dos emails o mesmo Vereador referiu que “Como os Senhores Vereadores podem constatar, estas entidades, manifestam disponibilidade em colaborar com a Câmara Municipal de Amarante neste projeto Acresce ainda a informação sobre a equipa e *curriculum* do GAPTEC”-----

----- O Senhor Presidente observou que na primeira reunião havida com a APA sobre este assunto, o Sr. Engº. Pimenta Machado manifestou, de imediato, interesse de disponibilizar verbas próprias da APA no sentido de aproveitar o espaço que julga importante para Amarante, visto que já lá se encontra uma plataforma, o que facilita a sua reabilitação, não pondo em causa aquilo que a APA entende dever ser feito para a margem do rio, da defesa da natureza e da relação das pessoas com o mesmo.- Nesse sentido, o Senhor Presidente disse que, neste projeto, apenas consta a 1ª. fase, atendendo à necessidade de negociações com a EDP, Águas Noroeste, SA e APA-----

----- O Senhor Vereador Pedro Barros interveio, dizendo que, registava com agrado a proposta apresentada em que incluía os contributos prestados pela Senhora Arquiteta Bárbara Abreu que, parte deles, foram tratados e trabalhados contribuindo, assim, para uma melhor solução, subscrevendo as palavras do Senhor Presidente da Câmara da importância e da preocupação que se dá ao rio e da relação das pessoas com o mesmo.- Relativamente ao custo do projeto, o Senhor Vereador Pedro Barros, disse nada ter nada a opor, uma vez que, para um projeto similar de “recuperação da plataforma superior do passeio marítimo de Oeiras/ Fontainhas/Paço D’Arcos” esta proposta tem o mesmo custo sendo certo que a mesma é um pouco mais vasta, engloba o estudo conceptual integrado de urbanismo, arquitetura paisagística e designer de equipamento urbano para essa plataforma. Disse:- “Estas entidades têm saber, têm traquejo, oferecem garantia para além de ser uma honra em que, um nome de referência, como o do Senhor Professor Sidónio Pardal, possa ser associado em intervenções em Amarante”.Disse

ainda que, daquilo que se pretende para o centro de Amarante, é sua expectativa, o tratamento integrado das margens do rio ao longo de uma faixa significativa tendo manifestado logo a sua preocupação aquando a discussão da temática da ARU..- Disse:- “Aproveitando a intervenção da disponibilidade do Senhor Professor Sidónio Pardal era desejável que este projeto se pudesse estender ao longo das margens do rio, para cima e para baixo do centro urbano da cidade, melhorando as qualificando e melhorando as acessibilidades. Foi uma decepção”.- Acrescentou ainda que fazer uma intervenção na margem direita, não deixando de ser justificável é manifestamente insuficiente. Comparativamente, a margem esquerda, na área que se propõe, é na sua opinião, mais justificável uma vez que já lá existe uma pista de pesca que necessita de requalificação.- Disse:- “Parece-me que será menos de seis quilómetros, no entanto, não há escala para medir. Amarante precisa de um projeto de requalificação das margens.- Precisava que este projeto fosse desenvolvido tutelado e coordenado pelo Professor Sidónio Pardal e seria um contributo muito bom para Amarante .- Nesta proposta e no formato em que está, não vejo justificação para uma zona de intervenção tão escassa e tão a juzante daquilo que seria o mais justificável”.-

----- O Senhor Presidente disse:- “Percebo a intervenção do Senhor Vereador, no entanto, tenho alguma urgência de intervenção no espaço que aqui está identificado. Relativamente a esse pensamento de desenvolvimento das margens do rio, também é conhecida a minha vontade de valorizar o património natural de Amarante e é por aqui que Amarante vai ganhar outra visibilidade, para além daquela que já tem. Acredito que isso também resultará de uma intervenção mais profunda e mais cuidada das nossas margens. Acontece que temos um *timing* que nos “obriga” a avançar com esta proposta, para este espaço. Além disso outros espaços já foram avaliados pelo Senhor Professor Sidónio Pardal, uma vez que eu quero ter a certeza que vai ter o melhor enquadramento em termos paisagísticos. Há necessidade de tratar este espaço, até porque a APA, bem como a empresa Águas Noroeste, necessitam conhecer o perfil a adotar, e o projeto, no sentido de conhecer o espaço de acesso à primeira estação elevatória”.-

----- O Senhor Vereador Pedro Barros respondeu, dizendo que tudo o que fizermos deverá ser muito ponderado, muito cuidado sendo esta intervenção das

margens (6 ou 7 kms) ser objeto de um estudo integrado da focalidade que depois tivesse uma filosofia, uma leitura e uma tipologia de enquadramento que fosse transversal em toda a zona de intervenção. Disse:- “Trabalhar uma zona e depois a seguir, trabalhar outra, quando já há uma condicionante onde já estão definidas regras, parece-me um erro”-----

----- O Senhor Presidente respondeu que, por força da lei (Portaria 57-B/2015 de 17/02), terão de ser elaborados três planos, designadamente a ARU, o Plano de Mobilidade, em que a 1ª. versão é de 2008 e cujo projeto tem de ter uma continuidade no sentido do mesmo ser redefinido e outros a elaborar, no âmbito social, que irão entroncar no Plano Estratégico, que também é obrigatório, por forma a serem elaboradas as candidaturas.-----

----- O Senhor Vereador Jorge Mendes observou que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com o Professor Sidónio Pardal e parte da equipa é um trabalho convergente para uma solução global de intervenção nas margens do nosso rio e que a proposta que se apresenta é um primeiro passo. -----

----- O Senhor Vereador Pedro Barros observou que subscrevia inteiramente a informação do Senhor Vereador, em termos conceptuais mas que entendia que os contactos informais não vinculam as partes. O que pretendia era que o Senhor Professor Sidónio Pardal ficasse vinculado por um compromisso contratual com a Câmara Municipal de Amarante no sentido de fazer um estudo integrado o que seria uma honra, e a exemplo do que tem feito noutros locais.- Disse ainda que, nesse sentido, a questão era relativamente ao que foi proposto e que entende ser uma situação pontual e por peça, quando se deveria acautelar com cuidado porque as margens e o rio são uma peça única.-----

----- **Posto o assunto a votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente e agir em conformidade.**-----

----- Abstiveram-se os Senhores Vereadores do Movimento “Independente Amarante Somos Todos e os Membros do PS que apresentaram as declarações de voto, que se transcrevem respetivamente:-----

*Abstenho-me na votação deste ponto, não obstante concordar em termos genéricos com o teor da justificação da proposta apresentada, considerando que, efetivamente o património edificado de Amarante e o rio Tâmega são um conjunto*

*único e irrepetível pelo que se justifica uma intervenção cuidada coerente e estruturada nas margens do rio Tâmega, de molde a conseguir não só a recuperação da relação da cidade com o rio, mas também a criação de condições para a usufruição de um espaço único que tem que ser uma referência na visibilidade e na imagem da cidade de Amarante.*

*Contudo, esperávamos que esta proposta fosse mais ambiciosa no sentido de ser uma proposta de estudo para a totalidade das duas margens, dando-lhe uma filosofia e linhas de preparação de intervenção que atravessassem transversalmente todo o espaço de intervenção, sendo que esta poderia muito bem ser a 1.ª fase dessa zona de intervenção fazendo com que associássemos a esta intervenção o nome do Professor Sidónio Pardal, um arquiteto reconhecido pelo seu trabalho e pela sua obra que, seguramente, nos dá garantias de que trataria de forma adequada este património único de que somos depositários.*

*Tal não foi o entendimento e, por isso, votamos pela abstenção, na expectativa que seja possível, num espaço de tempo próximo, estender com a mesma filosofia e princípios o trabalho às restantes áreas da envolvente da cidade.*

*A finalizar, realçamos a melhoria da qualidade da proposta que hoje foi posta à discussão, fruto dos contributos de todos o que traduz o empenho e a importância que todos damos a esta temática.*

**Pedro Barros Movimento “Independente Amarante Somos Todos”**

#### **Declaração de voto dos Membros do PS:**

*“Apesar da proposta agora apresentada traduzir uma evolução positiva relativamente àquela outra apresentada na reunião anterior, os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se pelos seguintes fundamentos:*

*A proposta visa a elaboração de um estudo relativo à margem direita do Rio Tâmega a jusante da cidade. O que para nós é insuficiente.*

*O estudo devia contemplar o espaço compreendido entre o Mercado Municipal e o Parque de Campismo Penedo da Rainha e bem assim, a margem esquerda, prioritariamente entre a zona do Arquinho e o complexo da Costa grande;*

*A recuperação das margens do Rio Tâmega é preponderante para a valorização do património histórico, paisagístico e ambiental da cidade.*

*O que a proposta não contempla na sua plenitude.*

*Amarante, 4 de maio de 2015*

*Os vereadores do PS*

Dinis de Mesquita

Raimundo Magalhães

Rosário Loureiro

Carlos Teixeira”

----- **EMPREITADAS** – “Aprovação do auto de vistoria para efeitos de liberação de 30% da caução referente Repavimentação da E.M. 757 desde o Mosteiro até à E.N. 15 – Gondar” – (Registo n.º 4142/2015/04/24). **A Câmara deliberou aprovar o auto de vistoria de 9 de abril de 2015**, nos termos das informações da DCT de 24 e 26 de abril de 2015 e proposta do Senhor Vereador Jorge Mendes de 27 de abril de 2015 e **proceder à liberação da caução em 30%, a que corresponde o valor de Eur. 5.703,58.**-----

----- **PEDIDO DE INFORMAÇÃO** – “Parecer sobre Relatório de conformidade ambiental do projeto de execução da linha Carrapatelo - Vila Pouca de Aguiar” – Requerente: WS Atkins Portugal - Consultores e Projectistas Internacionais, Lda. – (Registo n.º 8723/2015/04/13). **A Câmara deliberou concordar com o parecer conjunto emitido pela DCT e pela DPGT de 27 de abril de 2015**, que se dá por reproduzido para todos os efeitos legais e dar a conhecer o seu teor à requerente.----

----- **MERCADO MUNICIPAL** – “Concessão de exploração do Talho n.º 6” – Requerente: Fumeiros Furriel, Unipessoal, Lda. – (Registo n.º 4231/2015/02/26). **A Câmara, na sequência da informação dos Serviços do DAG e proposta do Senhor Vereador André Magalhães, aprovar o Programa da Hasta Pública e nomear a respetiva Comissão constituída por:**

**Presidente:** Clara Raquel Teixeira Pereira, Chefe da Divisão Financeira.

**Vogais efetivos:** Eulália Maria Pinto Tomás, Técnica Superior da DCT, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Sónia Cristina Azevedo Pinto, Técnica Superior (Jurista) do DAG.

Vogais suplentes: Avelino António Andrade Leite Varejão, Técnico Superior (Jurista) do DAG e Teresa Maria Pereira de Macedo, Técnica Superior do GAT.

Mais deliberou a Câmara baixar o processo à Comissão para prosseguimento dos ulteriores termos do procedimento.-----

----- **TRÂNSITO** – “Pedido corte/condicionamento de trânsito – Marcha Silenciosa Contra os Maus Tratos”– (Ratificação do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 2015/04/23) – (Registo n.º 3134/2015/03/27).- **A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 23 de abril de 2015.**-----

----- **TRÂNSITO** – “Pedido corte/condicionamento de trânsito – Realização de testes de Rally” – Requerente: Packemotions Eventos, Lda. – (Ratificação do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 2015/04/23) – (Registo n.º 10014/2015/04/23). **A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 23 de abril de 2015.**-----

----- **TRÂNSITO** – “Pedido corte/condicionamento de trânsito – IP4 (A4) Sublanço nó de ligação ao IP4/Túnel do Marão – Pedido de prorrogação de prazo do desvio de trânsito e sinalização temporária no CM 1213 – Gondar” – Requerente: OPWAY– Engenharia, S. A. – (Registo n.º 9770/2015/04/21). **A Câmara deliberou deferir o pedido nos termos e de acordo com os pareceres dos Senhores Chefes da DEJD e da DCT de 27 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.**-----

----- **TRÂNSITO** – “Pedido corte/condicionamento de trânsito – Realização de obras” – (Ratificação do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 2015/04/23) – Requerente: RUCE – Requalificação Urbana Construção e Engenharia, Lda. – (Registo n.º 9701/2015/04/21). **A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 23 de abril de 2015.**-----

----- **TRÂNSITO** – “Pedido corte/condicionamento de trânsito – Rota dos Carrapatos 2015” – Requerente: Junta de Freguesia da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – (Ratificação do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 2015/04/28) – (Registo n.º 9351/2015/04/17). **A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 28 de abril de 2015.**-----

----- **OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO** – “Pedido de ocupação do espaço público – Realização da feira de automóveis semi-novos” – (Ratificação do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 2015/04/28) – Requerente: Rui Tiago Braz Rodrigues – (Registo n.º 10206/2015/04/24).- **A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 28 de abril de 2015.**-----

----- **OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO** – “Pedido de ocupação do espaço público – ‘Projeto Jovens Empreendedores’” – (Ratificação do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 2015/04/28) – Requerente: A.E.A. - Associação Empresarial de Amarante – (Registo n.º 8886/2015/04/14). **A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 28 de abril de 2015.**-----

----- **URBANISMO** – Licenciamento de obras de construção de uma moradia unifamiliar e de um muro de suporte de terras **Requerente:** Filipe Augusto Moreira da Silva **Local:** Rua da Torre, Freguesia de Mancelos **Proc. n.º** 153/2014 LE-EDI.- **A Câmara deliberou deferir o pedido de licenciamento**, de acordo com os pareceres técnicos de 24 e 26 de abril de 2015 e proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 27 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **URBANISMO** – Licenciamento de obras de reconstrução e de ampliação de uma moradia unifamiliar e muro de vedação **Requerente:** José Manuel Teixeira Ribeiro **Local:** Travessa Cimo de Vila, Freguesia de Lufrei **Proc. n.º** 178/2014 LEEDI.- **A Câmara deliberou aprovar o projeto de arquitetura**, nos termos dos pareceres técnicos de 1 e 17 de abril de 2015 e proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 24 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.- **Mais deliberou a Câmara notificar o requerente para, no prazo de seis meses, requerer a aprovação dos projetos das especialidades.**-----

----- **URBANISMO** – Licenciamento de obras de reconstrução/ampliação de uma moradia unifamiliar e legalização de anexo de apoio **Requerente:** Márcia Alexandra Gomes Magalhães Melo **Local:** Rua da Pousada, n.º 404, União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) **Proc. n.º** 184/2014 LE-EDI **A Câmara deliberou aprovar o projeto de arquitetura**, nos termos dos pareceres técnicos de 25 e 27 de abril de 2015 e proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 27 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-



Mais deliberou a Câmara notificar a requerente para, no prazo de seis meses, requerer a aprovação dos projetos das especialidades.-----

----- **URBANISMO** – Licenciamento de obras de construção de uma moradia unifamiliar **Requerente:** Frederico Duarte Rego Salgado **Local:** Lugar de Ponte da Pedra, União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira **Proc. n.º 42/2015 LE-EDI** A Câmara deliberou manifestar a intenção de indeferir a pretensão, de acordo com os pareceres técnicos de 25 e 27 de abril de 2015 e proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 27 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.- Mais deliberou a Câmara, notificar o requerente para, querendo, apresentar alegações escritas no prazo de 30 (trinta) dias, em sede de direito de audiência prévia.-----

----- **URBANISMO** – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de obras de construção de um edifício destinado a comércio **Requerente:** Luís Manuel Cunha Teixeira **Local:** Lugar de Lameira, União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) **Proc. n.º 16/2014 IP-EDI.-** A Câmara deliberou emitir informação prévia desfavorável, de acordo com os pareceres técnicos de 20 e 21 de abril de 2015, bem como da proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 23 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.- Mais deliberou a Câmara, notificar o requerente para, querendo, apresentar alegações escritas no prazo de 30 (trinta) dias, em sede de direito de audiência prévia.-----

----- **URBANISMO** – Licenciamento de obras de construção de um edifício bifamiliar e muro de vedação **Requerente:** Manuel Serafim & Sousa, Lda. **Local:** Lugar de Devesa Maninha, Freguesia da Lomba **Proc. n.º 342/2009LE-EDI** A Câmara deliberou indeferir o pedido nos termos dos pareceres técnicos de 13 e 20 de abril de 2015 e proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 24 de abril de 2015, que se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais.-----

----- **URBANISMO** – Caducidade da licença **Requerente:** Maria Fernanda Alves Costa **Local:** Rua da Costa, União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea **Proc. n.º 181/2011 LE-EDI.-** A Câmara deliberou declarar a caducidade da licença, de acordo com o parecer técnico de 21 de abril de 2015, bem como da

proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 23 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **URBANISMO** – Licenciamento de publicidade (Ratificação do despacho do Senhor Presidente de 2015/04/24) **Requerente:** ENIF - Empresa Nortenha de Informação, Lda. **Local:** Rua Manuel António da Mota, União das Freguesias de Amarante (S. Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão **Proc. n.º 7/2015 LE-PUB.- A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente de 24 de abril de 2015.**-----

----- **URBANISMO** – Aprovação do auto de vistoria – Determinação do nível de conservação do imóvel **Requerente:** F3B, S.A. **Local:** Rua Cândido dos Reis, União das Freguesias de Amarante (S. Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão **Proc. n.º 101/2015 URB-EXP A Câmara deliberou aprovar o auto de vistoria, de acordo com o parecer técnico de 17 de abril de 2015, bem como da proposta do Senhor Vereador do Urbanismo de 24 de abril de 2015, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.**-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Exmo. Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram doze horas e quinze minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu,



Secretário a subscrevo e assino.-----

António Manuel Fernandes

